Goiânia, 24 de setembro de 2021/59

SINTTEL-GO notificou a Tefônica/VIVO por ameaça ao não cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2022

O Sindicato tomou conhecimento que a VIVO divulgou circular aos seus empregados, com conteúdo afirmando que a empresa está buscando os sindicatos laborais no intuito de discutir alternativas para o pagamento do reajuste sobre os salários e benefícios, a partir da data base (1º de setembro), de forma parcelada, tendo em vista o cenário econômico de alta inflação.

O SINTTEL-GO afirma que não se reunirá com a empresa, pois o Acordo Coletivo já está assinado e nele está garantido que os reajustes salariais dos



trabalhadores da VIVO é sobre o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), que é 10,42%. A empresa quer voltar atrás e em um ato desrespeitoso quer sensibilizar os trabalhadores dizendo não ter condições financeiras para pagar o reajuste.

Essa conversa fiada não vai colar. **Será que se a inflação tivesse fechado com números menores a VIVO daria um aumento de 10%?** Claro que não! Em plena a pandemia, quando todos estão passando por momento difíceis, a empresa não valoriza o seu empregado. Não é justo e nem é direito da empresa tirar o poder de compra do trabalhador, que sofre diretamente no bolso os números da inflação.

Salientamos ainda que o acordo foi de dois anos, no ano passado a VIVO não deu aumento salarial (o reajuste foi zero), foi pago um abono que não repôs a inflação pelo contrário, achatou o salário do empregado. Manifestamos através de ofício enviado à empresa e aos trabalhadores, através deste informe, que o SINTTEL-GO não reunirá com a empresa e discorda quanto à qualquer parcelamento ou redução do índice, e não irá concordar com alteração daquilo que foi negociado no Acordo Coletivo de Trabalho.

Se a VIVO quer insistir no não cumprimento do ACT, que faça sem anuência do Sindicato! Não venha dizer que está procurando os sindicatos para conversar. No dia primeiro de outubro, se a empresa não pagar a inflação como foi acordado e aprovado em assembleia pelos trabalhadores, tomaremos as providencias jurídicas necessárias para prevalecer o negociado.